

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de **material elétrico, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, pelo período de 06 (seis) meses**, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria de Serviços Públicos;
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico, Decreto Municipal 599/2020, combinado com a Lei 8.666/93; Sistema de Registro de Preços;
1.4	Período:	06 (seis) meses;
1.5	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93.

2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

2.2 As exigências aqui formuladas são as mínimas que devem reger a cada caso, devendo prevalecer as Normas da ABNT, e dos fabricantes dos equipamentos, onde se fizerem necessárias e em conformidade com o presente termo.

COTAS	ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
PRINCIPAL	01	446777	LÂMPADA 400W Metálica Tubular 220V	UN	3.750
	02	359555	LÂMPADA 400W - VAPOR DE SÓDIO - 220V	UN	3.750
	03	327232	LÂMPADA 100W - VAPOR DE SÓDIO - 220V	UN	3.750
	04	360248	LÂMPADA 70W - METÁLICA - 220V	UN	2.250
	05	443561	LÂMPADA 40W – LED - 220V	UN	2250
	06	207738	REATOR 400W EXTERNO SÓDIO/METÁLICA 220V	UN	4600
	07	207730	REATOR 100W EXTERNO SÓDIO - 220V	UN	2900
	08	207729	REATOR 70W EXTERNO SÓDIO/METÁLICA - 220V	UN	2250
	09	448527	LÂMPADA 20W – LED - 220V	UN	1500
	10	390963	FITA BAP 1,25M	UN	1500
	11	356212	BRAÇO COM LUMINÁRIA COMPLETO – 1M COMPRIMENTO E27	UN	750
	12	387029	BRAÇO COM LUMINÁRIA COMPLETO – 2,5M COMPRIMENTO E40	UN	300
	13	386790	CABO MULTIPLEX ALUMÍNIO 3X1X35X35MM	M	6000
RESERVADA	14	446777	LÂMPADAS 400W Metálica Tubular 220V	UN	1.250



	15	359555	LÂMPADA 400W - VAPOR DE SÓDIO - 220V	UN	1.250
	16	327232	LÂMPADA 100W - VAPOR DE SÓDIO - 220V	UN	1.250
	17	360248	LÂMPADA 70W - METÁLICA - 220V	UN	750
	18	443561	LÂMPADA 40W – LED - 220V	UN	750
	19	207738	REATOR 400W EXTERNO SÓDIO/METÁLICA 220V	UN	400
	20	207730	REATOR 100W EXTERNO SÓDIO - 220V	UN	600
	21	207729	REATOR 70W EXTERNO SÓDIO/METÁLICA - 220V	UN	750
	22	448527	LÂMPADA 20W – LED - 220V	UN	500
	23	390963	FITA BAP 1,25	UN	500
	24	356212	BRAÇO COM LUMINÁRIA COMPLETO – 1M COMPRIMENTO E27	UN	250
	25	387029	BRAÇO COM LUMINÁRIA COMPLETO – 2,5M COMPRIMENTO E40	UN	100
	26	386790	CABO MULTIPLEX ALUMÍNIO 3X1X35X35MM	M	2000
EXCLUSIVA	27	334170	LÂMPADA 70W - VAPOR DE SÓDIO - 220V	UN	3.000
	28	453345	REFLETOR 200W – LED - 220V	UN	300
	29	475596	REFLETOR DE LED 100W - 220V	UN	100
	30	434160	REFLETOR DE LED 50W - 220V	UN	150
	31	472687	CONECTOR PRINCIPAL 10-70MM ² – DERIVAÇÃO 1,5 – 10MM ² – TORQUE 8N.M	UN	2000
	32	458566	CONECTOR DERIVAÇÃO H1 – 16/35MM ² 16/35MM ²	UN	1000
	33	458565	CONECTOR CDP 150-35 DERIVAÇÃO PERFURANTE PIRANHA	UN	1000
	34	433833	BASE DE FOTOCÉLULA - 220V	UN	3000
	35	388480	BOCAL E-40 LOUÇA	UN	500
	36	418951	FIO 2,5MM CABINHO	M	2000
	37	483318	CABO P.P. 2 X 2MM ²	M	2000
	38	419864	FITA ISOLANTE COM 20M COR PRETA	UN	1000
	39	444949	FITA ZEBRADA DE 7CM X 200M	UN	50
	40	448562	PLAFONIER COM BOCAL E-27	UN	500
	41	428468	ABRAÇADEIRA NYLON PLÁSTICA 5MM X 400MM	UN	1000
	42	319406	TOMADA 2 POLOS + TERRA SISTEMA X COM CAIXA EXTERNA PVC	UN	100
	43	331352	TOMADA SIMPLES 2 POLOS + TERRA DE EMBUTIR COR CINZA	UN	50
	44	390617	CABINHO PARALELO 2X2,5MM ² BRANCO	M	300
	45	340625	INTERRUPTOR SISTEMA X COM CAIXA EXTERNA COR CINZA	UN	100



46	460767	CANAleta SISTEMA X DE 2M COM 2 VIAS COM FITA ADESIVA	UN	50
47	483582	INTERRUPTOR SIMPLES 1 SEÇÃO 4 X 2"	UN	300
48	483583	INTERRUPTOR 2 SEÇÕES 4" X 2"	UN	100
49	295927	FILTRO DE LINHA PARA 5 SAÍDAS	UN	50
50	484195	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 20	UN	20
51	484197	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 25	UN	20
52	448835	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 30	UN	20
53	450053	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 40A	UN	20
54	452656	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 50A	UN	20
55	351122	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 70A	UN	20
56	384746	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 20A	UN	20
57	384745	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 25A	UN	20
58	384753	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 30A	UN	20
59	484199	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 40A	UN	20
60	484200	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 50A	UN	20
61	482700	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 70A	UN	20
62	483315	FIO 2,5MM² COR AZUL CABINHO	M.	2000
63	483318	FIO 2,5MM² COR PRETO CABINHO	M.	2000
64	390965	FITA BAP 1M	UN	800
65	446036	LÂMPADA LED 12W - 220V	UN	2000
66	449306	LÂMPADA LED TUBULAR 1,20M 18W 4.000K	UN	1000
67	223097	PORCA 5/8"	UN	2000
68	437200	ADAPTADOR DE BOCAL E27 PARA E40	UN	1000
69	420210	ADAPTADOR DE BOCAL E40 PARA E27	UN	2000
70	252283	ALÇA PERFORMADA PARA CABO MULTIPLEX 3X1X35X35MM – FIM DE REDE	UN	600
71	365553	BARRA ROSCADA 5/8" IM	UN	800
72	446171	BOCAL E27	UN	500
73	459997	CABO P.P. 2 X 1,5MM²	M	2500
74	267584	FITA ISOLANTE DE ALTA FUSÃO COM 20M	UN	300
75	249217	BUCHA DE NYLON S6 COM PARAFUSO	UN	200
76	239119	BUCHA DE NYLON S10 COM PARAFUSO	UN	200
77	419029	ARMAÇÃO PRESBOW 1X1 + ISOLADOR ROLDANA 72X72	UN	500
78	354389	MANILHA SAPATILHA	UN	1000
79	360744	PORCA OLHAL GALVANIZADA ELETROLÍTICA M16	UN	1000
80	264083	ALICATE DE COMPRESSÃO MECÂNICA MD-6	UN	3
81	344923	CINTA PARA POSTE CIRCULAR DE 190MM COMPLETO	UN	200
82	364542	CINTA PARA POSTE CIRCULAR DE 220MM	UN	200

		COMPLETO		
83	364538	CINTA PARA POSTE CIRCULAR DE 240MM COMPLETO	UN	200
84	380053	CINTA PARA POSTE CIRCULAR DE 260MM COMPLETO	UN	200
85	326696	CINTA PARA POSTE CIRCULAR DE 280MM COMPLETO	UN	200
86	380054	CINTA PARA POSTE CIRCULAR DE 300MM COMPLETO	UN	200
87	340650	CONTACTORA 16A	UN	20
88	474369	CONTACTORA 32A	UN	20
89	365561	ARRUELA DE LANTERNEIRO 5/8"	UN	2000
90	460787	BASTÃO DE SINALIZAÇÃO TRÂNSITO VERMELHO LED	UN	6

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para aquisição de materiais elétricos para manutenção da rede elétrica no Parque do Município de Nova Friburgo;

3.2 A presente aquisição de materiais elétricos possui o fito de atender as necessidades do Departamento de Iluminação Pública tanto na manutenção da rede elétrica no Parque do Município de Nova Friburgo quanto para a manutenção dos Prédios Públicos, proporcionando assim a continuidade e a ampliação na prestação dos serviços públicos essenciais;

3.3 A aquisição de materiais elétricos, é essencial à qualidade de vida nos centros urbanos, atua como instrumento de cidadania, que permite aos habitantes desfrutar, plenamente, do espaço público no período noturno, visando atender a demanda do Setor de Iluminação Pública, bem como auxiliar nos demais procedimentos de manutenção, sendo imprescindível para o adequado funcionamento da iluminação pública do município;

3.4 Considerando que alguns materiais inclusos são para uso de extensão de rede, que de acordo com a Resolução Normativa ANEEL 414/2010, artigo 218, cláusula Sexta, 3º parágrafo, passou a ser responsabilidade do município, segue o trecho. "Quando houver necessidade de ampliação ou modificação da rede de distribuição elétrica para permitir a ampliação do sistema de iluminação pública, caberá ao MUNICÍPIO a responsabilidade pela execução dessas obras obedecendo normas e critério da ENERGISA. Esta rede de distribuição instalada passará a integrar os bens da União a serviço da concessão do serviço público de energia elétrica, conforme legislação vigente";

3.5 As estimativas correspondentes foram baseadas nos cálculos apresentados às fls. 36-44 pelo Coordenador de Gestão de Processos e o responsável pelo departamento de Iluminação Pública desta Secretaria Municipal de Serviços Públicos;

3.6 As unidades públicas necessitam dos materiais elétricos, para sustentar o adequado funcionamento de iluminação pública, bem como proporcionar maior conforto e

segurança aos munícipes usuários dos serviços públicos oferecidos pela prefeitura municipal de Nova Friburgo.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.2 **As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).**

4.3 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.4 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	Elemento de Despesa:	33.90.39.38
5.1.2	Fonte de Recurso:	05
5.1.2	Programa de Trabalho:	09001.1545100142.045

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

6. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

6.1 Antes da adjudicação, o Setor Iluminação Pública se reserva o direito de solicitar amostra (s) do (s) produtos ofertados, a fim de garantir sua qualidade;

6.2 A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter informações quanto às características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e sua marca;

6.3 O prazo para apresentação da (s) amostra (s) será de 10 (dez) dias úteis. O prazo será contado a partir da solicitação feita pelo pregoeiro durante a sessão pública;

6.4 A área técnica comunicará ao Pregoeiro se a amostra foi aprovada ou não. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente;

6.5 A licitante deverá retirar a referida amostra no prazo de 05 (cinco) dias, após a divulgação do resultado. Caso isto não ocorra, os produtos serão incorporados ao Almocharifado.

6.6 A licitante classificada poderá ser instada pelo pregoeiro a apresentar catálogos, manual ou fichas técnicas, que sejam suficientes para realizar a adequada verificação do produto ofertado, que serão submetidos à análise comparativa com os aspectos técnicos exigidos no Termo de Referência.

6.7 Os catálogos, manuais ou fichas técnicas serão analisados por representante da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, que emitirá laudo motivado acerca do produto apresentado, podendo, ainda, solicitar outros documentos especializados ou quaisquer outros procedimentos necessários para a adequada verificação do produto apresentado.

7. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho (ou assinatura do contrato, se for o caso):

Secretaria requisitante:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Endereço:	Av. Alberto Braune, 225 - Centro - Nova Friburgo - RJ
Horário de entrega:	Segunda a sexta-feira, das 09h às 17h.

7.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

7.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

7.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. DA LIQUIDAÇÃO

8.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

9. DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

- 10.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;
- 10.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 10.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;
- 10.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 10.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 10.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 10.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 11.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:
 - 11.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;
 - 11.1.2 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada; (quando for o caso)
 - 11.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 11.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 11.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 11.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 11.1.7 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, para representá-la na execução do Contrato;

11.1.8 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

11.1.9 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

11.1.10 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Serviços Públicos;

12. DA GARANTIA

12.1 Declarar, detalhadamente, a garantia dos equipamentos fornecidos, cujo prazo não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

13. MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

15.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

15.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
AYANAN PRATA SOUZA	62.661	Gestor titular
RAFAEL MOREIRA ESTEBANEZ	115.219	Gestor substituto
MARIANA MARTINS DOS SANTOS	62.732	Fiscal titular
CARLOS ALBERTO MACHADO DOS SANTOS	62.234	Fiscal substituto



15.3 O (s) fiscal (is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

15.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

15.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

16.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores gestão de processos, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02a contratada que:

17.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.2. Apresentar documentação falsa;

17.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.5. Não mantiver a proposta;

17.1.6. Cometer fraude fiscal;

17.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

17.3. Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

17.3.1. Advertência;

17.3.2. Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

17.3.3. Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

17.3.4. Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.3.5. Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

17.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

17.3.8. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

17.3.9. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

17.3.10. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

19. DA RESCISÃO

19.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de

Serviços Públicos o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

19.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

19.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Serviços Públicos;

19.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

19.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 23 de Novembro de 2022.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> AYANAN PRATA SOUZA Matr.: 62.661	<hr/> RAFAEL MOREIRA ESTEBANEZ Matr.: 115.219

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Marcelo da Silva Pereira
Secretário Municipal de Serviços Públicos
Matr.: 100.530